



GUARANI

CONTINENTAL

2016

POVOS
GUARANI
NA ARGENTINA,
BOLÍVIA,
BRASIL E
PARAGUAI

O **Mapa Guarani Continental** e o caderno que o acompanha são o resultado de um trabalho coletivo que envolveu pessoas e instituições em quatro países - Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai - onde secularmente vivem os povos **Guarani**. Participaram mulheres e homens voluntários, **Guarani** e não-indígenas, antropólogos e indigenistas, todos comprometidos com a vida e o futuro destes povos. O mapa mostra onde vivem, quantos são, os nomes de suas aldeias e quais são as ameaças que levam à destruição dos seus territórios, tão importantes para a sobrevivência destes povos originários. O texto, publicado em espanhol, português e guarani, pretende servir como guia para o mapa, tornando compreensível o contexto em que vivem essas comunidades, e o caminho contínuo de resistência para manter seus modos de ser.

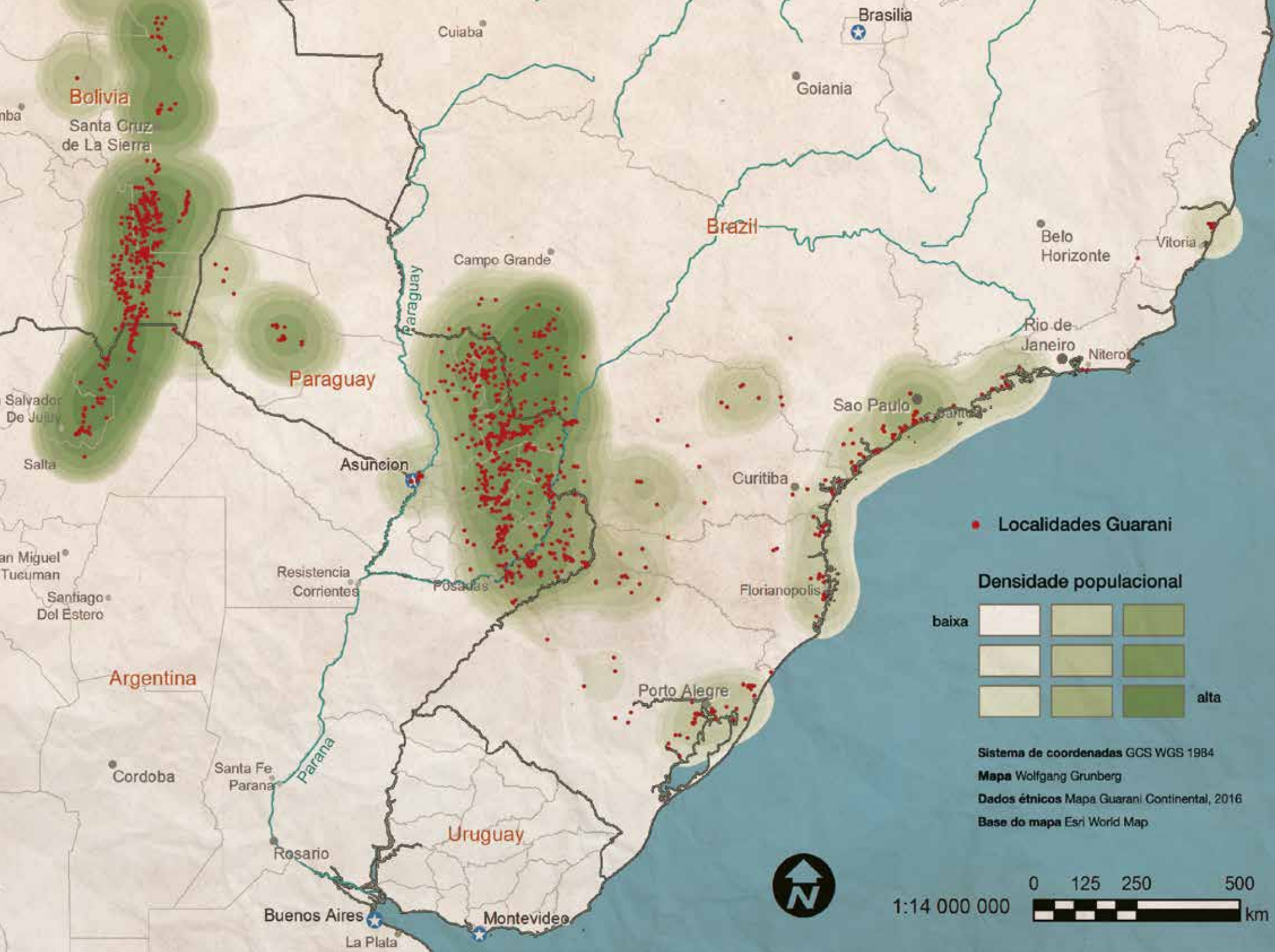
Não obstante as violências cíclicas que desafiam estas centenas de comunidades em todo o continente, este texto quer fortalecer a resistência do Povo **Guarani** e reafirmar a sua dignidade perante aqueles que querem os excluir. A cultura e a economia **Guarani** são propostas concretas para outro tipo de sociedade, podendo contribuir na reorientação da sociedade colonial envolvente, abrindo caminhos de esperança para todas e todos. Afinal, os não-guarani também podem viver um *Nãnde Reko* - um novo modo de ser, mais justo e igualitário, mais pacífico e livre.

GUARANI CONTINENTAL

2016

POVOS
GUARANI
NA ARGENTINA,
BOLÍVIA,
BRASIL E
PARAGUAI

Equipe Mapa Guarani Continental
Campo Grande, MS
2016



CADERNO DO MAPA
GUARANI
CONTINENTAL

2016

POVOS
GUARANI
NA ARGENTINA,
BOLÍVIA,
BRASIL E
PARAGUAI

ELABORADO PELA EQUIPE MAPA
GUARANI CONTINENTAL (EMGC),
NO ÂMBITO DA **CAMPANHA GUARANI**

6. APRESENTAÇÃO

7. **QUEM SOMOS?**

GUARANI RETĀ | TEKOHÁ GUSÚ, TENTAGUASU
ÑANDÉ REKÓ | ECONOMIA | COSMOVISÃO

19. **ASSIM VIVEMOS**

ARGENTINA | BOLÍVIA
BRASIL | PARAGUAI

45. **E AMANHÃ?**

QUAL É O NOSSO FUTURO?

50. PARA SABER MAIS

APRESENTAÇÃO

No **MAPA GUARANI CONTINENTAL** apresentamos uma introdução ao território guarani de hoje, que abrange parte dos países da Argentina, da Bolívia, do Brasil e do Paraguai. São mais de 280.000 pessoas, unidas por uma língua e cultura comuns, distribuídas em 1.416 comunidades, aldeias, bairros urbanos ou núcleos familiares, desde o litoral do Atlântico até a região pré andina. Os **Guarani** constituem um dos povos indígenas de maior presença territorial no continente americano. Os mapas em anexo mostram onde vivem, como se denominam esses lugares, quantos são, e quais são os ecossistemas naturais em que habitam.

Esperamos contribuir para a compreensão da extraordinária capacidade demonstrada pelos vários povos guarani para seguir sendo **Guarani**, depois de cinco séculos de intensa pressão colonial. O Mapa e o Caderno devem ser instrumentos

de apoio em suas demandas por territórios e políticas públicas que respeitem sua autonomia como povos que vivem em diferentes países, unidos por vínculos de língua, cosmovisão, história e cultura.

De maneira criativa, os **Guarani** atualizam e desenvolvem novos modelos de assentamentos em áreas de seu território ancestral, o que lhes permite seguir reproduzindo suas relações sociais, mesmo que em condições, às vezes, extremamente adversas, como no Brasil. Na Bolívia, no entanto, conquistaram o reconhecimento legal da maior parte de seus territórios tradicionais. Os conhecimentos sobre o meio ambiente e sobre outras populações tão diversas com as quais convivem, permitem aos **Guarani** ampliar sua capacidade de compreender o mundo em sua transformação e encontrar novas perspectivas e desenvolver práticas de atuação de acordo com as necessidades atuais de suas comunidades.

Não são somente testemunhas de tempos passados, mas, sim, protagonistas do presente e construtores do futuro. Seus caminhos de liberdade nos convidam a entrar num movimento que não é exclusivo deles, mas é também de todos aqueles que não se conformam com o modelo econômico predador que ameaça a terra e destrói a convivência entre todos os humanos e outros tipos de seres com os quais dividimos a existência na terra. Com eles nos sentimos mais humanos, que é o significado da palavra ava na sua língua: homem, pessoa.

Aumentar o conhecimento destas situações e dos desafios encontrados para a integração de perspectivas e ações em comum tem sido o objetivo principal deste projeto, realizado mediante a construção de uma rede de colaboradores de vários países e com a participação de organizações indígenas e não-indígenas dos quatro países mencionados no estudo.

QUEM SOMOS?



GUARANI RETÃ

Os **Guarani** seguem vivendo *onde sempre têm vivido*, apesar das inumeráveis pressões, ameaças e mortes. A existência e a realização do modo de ser das populações **Guarani** é anterior à organização dos Estados nacionais atuais.

O território dos **Guarani** – *guarani retã* – também é anterior à criação e à conformação dos atuais países e de suas fronteiras, de fato muito recentes. Esta pré-existência é reconhecida na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a Constituição da República do Paraguai, de 1992, a Constituição da Nação Argentina, de 1994, e a Constituição Nacional da Bolívia, de 2009. Dois exemplos:

O Artigo 62 da Constituição Nacional da República do Paraguai, diz, literalmente: *“Esta Constituição reconhece a existência dos povos indígenas, definidos como grupos de culturas anteriores à formação e organização do Estado paraguaio”* (tradução livre).

O Artigo 30 da Constituição boliviana, diz: *“É nação e povo indígena originário campesino toda coletividade humana que compartilha identidade cultural, idioma, tradição histórica, instituições, territorialidade e cosmovisão, cuja existência é anterior à invasão colonial espanhola”* (tradução livre).

No mapa, as comunidades aparecem dispersas por um território muito extenso, cuja ocupação, historicamente,

foi compartilhada com outros povos, em áreas que os **Guarani** chamam de *tekohá*, as quais equivalem ao “território e paisagem guarani”, caracterizado por ecossistemas de notável equilíbrio, com terras aptas para os cultivos agrícolas, base de sua alimentação. Os indígenas **Guarani** habitam, desde há mais de dois mil anos, estes vastos territórios, sem nunca terem provocado a exaustão de seus recursos.

Os **Guarani** são povos com alta mobilidade, mas isto não quer dizer que são nômades sem residência fixa; de fato, vivem em aldeias de diversos tamanhos e são bons agricultores. Contatados pelos invasores europeus desde 1505, os **Guarani** manifestavam uma gran-

de unidade linguística e cultural. Com muita propriedade, lhes deram o nome genérico de **Guarani**, como haviam sido conhecidos pelos primeiros europeus que chegaram à costa do Brasil e do Rio da Prata.

Estenderam-se por esta ampla região da América do Sul, em sucessivas migrações que se prolongaram ao longo de milhares de anos. Atualmente, formam alguns grandes conjuntos ou grupos socioculturais, cada um com suas formas diferentes de falar o idioma **Guarani**.

As migrações geralmente se dão quando um grupo dissidente vai para outra terra, mas parte da população permanece no lugar de origem. No entanto, a unidade do modo de ser guarani não se fez e as características específicas de cada lugar não impedem a comunicação e a relação entre comunidades de um amplo território, ainda que este seja cortado pelas fronteiras atuais de diferentes Estados nacionais.

As migrações se deram por diferentes motivos: um dos mais fortes foi,

talvez, a busca da "terra-sem-mal". São males, para os **Guarani**, uma terra esgotada para a agricultura, uma paisagem desértica, um campo sem árvores ou, na atualidade, a produção de gado e as monoculturas da soja, pinus ou cana de açúcar, que ameaçam suas vidas e seus territórios.

É também "um mal" as muitas doenças e mortes por fome e epidemias; os desentendimentos, desordem e conflitos sociais e políticos entre os membros e famílias da comunidade. Mas, um dos maiores males que os **Guarani** têm tido que suportar é a invasão e destruição de sua terra, a ameaça contra seu modo de ser, a expulsão, a discriminação e o desprezo que vieram com a chegada de "outros", dos colonos e dos fazendeiros, sojicultores, usineiros e petroleiros.

A violência também é ocasionada pelo avanço de várias frentes de expansão das sociedades nacionais, desde os pequenos agricultores até os latifundiários que se regem por sistemas econômicos e culturais contrários ao dos **Guarani**.

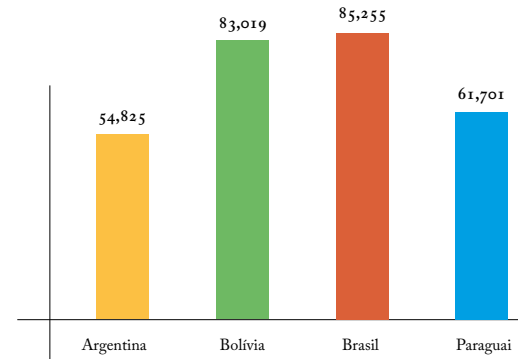
Uma estimativa confiável da população **Guarani** nos quatro países, no ano de 2016, se apresenta conforme os gráficos a seguir:

OS GUARANI NA ATUALIDADE

- **Mbyá** (*Argentina, Brasil e Paraguai*)
- **Avá-Guaraní** (*Paraguai*), conhecidos também como **Ñandeva**, **Guarani** ou **Chiripá** (*Brasil e Argentina*)
- **Paĩ-Tavyterã** (*Paraguai*), conhecidos como **Kaiowá** (*Brasil*)
- **Ava-Guaraní** y **Isoseño** (*Bolívia e Argentina*), conhecidos como **Guarani Ocidental** (*Paraguai*), e também como **Chiriguano** ou **Chahuancos** (*Argentina*)
- **Gwarayú** (*Bolívia*); **Sirionó**, **Mbía** ou **Yuki** (*Bolívia*); **Guarasug've** (*Bolívia*), **Tapieté** ou **Guarani-Ñandeva** (*Bolívia, Argentina e Paraguai*); **Aché** (*Paraguai*)



POPULAÇÃO GUARANI POR PAÍS (2015-2016)



Esta tabela provém de muitas fontes: governamentais e não governamentais, verificadas também por organizações locais. Não constam neste Mapa outros povos da família linguística tupi-guarani, que seguiram outros caminhos e têm, agora, outra consciência de seu próprio ser, e deixaram de chamar-se e sentir-se, especificamente, **Guarani**.

Assim como outros povos na América Latina, os **Guarani** encontram-se num franco processo de crescimento populacional: altos níveis de fecundidade – maior número médio de filhos por mulher –, aliados com a queda dos níveis de mortalidade que estão sendo mantidos nos últimos 20 anos, pelo menos.

OPY Crianças brincam durante construção de uma casa de reza tradicional Mbya. Tekoha Guyrapaju/Tenondé Porã, São Paulo, 2015. Luiza Mandetta Calagian

TEKOHÁ GUASÚ - TENTA GUASU: TERRA E TERRITÓRIO

Os **Guarani** costumam afirmar: "Nós não vivemos para comprar terra, nós vivemos apenas para usá-la de acordo com nossos costumes". Para os **Guarani** a terra significa, em primeiro lugar, espaço de vida, um espaço onde realizam sua maneira de ser. As palavras *yvy* e *tekohá* podem ser traduzidas por terra e território. Obviamente, a terra tem sua importância como meio de produção, no sentido de poderem manter-se como grupo, para assegurar a existência de todos os familiares, mas não para acumular riquezas.

O sentido da palavra *tekohá* é "um lugar de costume e de modo de vida"; é produto da cultura e tam-

bém produz cultura. *Tekó* significa "modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume [...]", como se entendia já antes da chegada dos espanhóis. O *tekohá* é o lugar onde se dão as condições para ser guarani. A terra, concebida como *tekohá*, é também um espaço econômico, mas, em primeiro lugar, um lugar cultural e sócio-político. O *tekohá* significa e produz, ao mesmo tempo, relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani: sem *tekohá* não há *teko*, sem território não há vida guarani. Entre os **Guarani Ocidentais**, para *tekohá* se diz *tenta*, que

também significa pátria e aldeia.

As excelentes terras e florestas dos **Guarani** têm suscitado a cobiça de outras populações e, mais recentemente, de grandes empresários da agricultura mecanizada, que utilizam os próprios **Guarani** como mão de obra barata ou os expulsam quando não os necessitam. O território guarani, de fato, encontra-se, agora, em grande parte destruído ou ameaçado pelos cultivos industriais de soja, cana de açúcar e também pelo reflorestamento com espécies de árvores exóticas, como o eucalipto e o pinus. Da mesma forma, a introdução de pastos exóticos da África e Ásia, como colômbio e braquiária, têm sido

um desastre para a agricultura guarani, invadindo as roças e facilitando a propagação do fogo.

O colonialismo europeu, tanto português como espanhol, explorou a mão de obra guarani, causando morte e destruição cultural. O neocolonialismo atual é ainda mais agressivo, ao expulsar aos indígenas de suas terras e fragmentar seu território.

A “nação guarani”, como a viram os antigos conquistadores e como a chamaram os colonos europeus até o século XIX pelo menos, não desapareceu, pelo contrário, está bem vigente. O guarani retã não significa só uma população, um povo ou uma cidade, mas, sim, uma pátria, um país, uma nação, ou uma terra. Essa identidade fundamenta-se no guarani reko, um modo de ser e de proceder com características próprias. Todo o território **Guarani**, o solo em que pisam, é um tekohá, o lugar físico, a terra e o espaço geográfico onde estas populações indígenas são o que são, onde existem.



Guachire *Indígenas Guarani Kaiowá dançando guachire.*
Tekoha Guaiviry, Mato Grosso do Sul, Brasil, 2013.
Ruy Sposati/Cimi

ÑANDE REKÓ - IDENTIDADE E MUDANÇAS

A base da vida social guarani encontra-se na família extensa e representa uma cadeia permanente de comunicação e resolução de desafios na vida comunitária.

A **Aty** – assembleia e a **ñemboaty** – ou “grande fumada”, entre os **Guarani Ocidentais** - são instituições políticas de grande importância, mecanismos de tomada de decisões, espaços de deliberação e planejamento de atividades, festas religiosas e econômicas, podendo reunir um número variável de comunidades. Os chefes de família reúnem-se para informar-se dos problemas, discuti-los e propor alternativas. Nas grandes reuniões regionais, a aty funciona como uma instituição recuperada e consolidada, que permite às comunidades falar de seus

problemas, discutir e consensuar em três aspectos principais de sua vida: o organizativo, o administrativo e o político. Cada sessão de uma aty é aberta e encerrada com uma oração – **ñembo'e** – da qual participam todos os presentes.

Migrações e conflitos, através de uma longa história milenar, têm produzido diferenças segundo os vários lugares habitados, sua peculiar relação com outros povos indígenas, e sua maneira de integrar-se ao meio ambiente, usando-o sem destruí-lo. A economia da reciprocidade que adotaram tem configurado aspectos fundamentais de sua política e cultura. Os **Guarani** guardam tradições de tempos muito antigos, delas conservaram a memória e foram atualizando-as em seus mitos e ritos.





O BEM VIVER

A produção entre os **Guarani** busca assegurar a boa e equitativa distribuição de produtos da agricultura e de outros bens na família nuclear e entre as famílias extensas, dando lugar também a convites e festas. A prática de intercâmbio de bens - quanto mais abundante, melhor - marca a qualidade do bem viver e configura redes de relações entre as comunidades, com base no parentesco, alianças políticas e participação em festas e rituais. É uma economia solidária que se baseia na reciprocidade e intercâmbio de dons. Não tem incentivo nem espaço para a acumulação.

A festa e a distribuição da chicha - kagut - é outro ato de reciprocidade do qual ninguém deve se apropriar de

modo exclusivo. Assegurada a subsistência familiar, sempre há algo para dar e retribuir. Este é o sentido da festa, do areté, o “tempo verdadeiro por excelência”, o dia de festa. No verão, quando é abundante a colheita do milho, da mandioca (yuca) e de outros produtos, como a batata, feijões e abóboras, são frequentes as festas. Na festa guarani consome-se excedentes produzidos para este fim e são renovadas as relações de amizade e de trabalho em comum. Sem festas, a produção baixa sensivelmente. A palavra guarani yopói -jopói-, comum a todos os povos guarani, significa mão aberta, dar de comer, compartilhar um com o outro. Esta é a lei fundamental da economia, a lei do “dar e receber”, na casa e entre as casas entre si.

KUÑA *Mulheres Mbya e Ava Guarani na opy.*
Tekoha Y'Hovy, Paraná, Brasil. 2016.
Ruy Sposati/CGY

COSMOVISÃO

O ciclo de vida de um **Guarani**, em todos os seus momentos importantes - concepção, nascimento, recepção de nome, iniciação, paternidade e maternidade, doenças, chamado espiritual e mortes - define-se a si mesma em função de uma “palavra-alma” única e singular. O homem, ao nascer, orienta-se através de sua “palavra-alma”, que o coloca em pé e o levanta até sua estatura plenamente humana.

O modo de ver o mundo, de entendê-lo, de interpretá-lo e de descrevê-lo, costuma ser chamado de cosmovisão. Ritos e crenças são a expressão simbólica desse mundo. Não

é só religião, mas é, também, filosofia, poesia, teologia e fundamento de sua identidade.

Os rituais guarani constam, geralmente, de canto e dança; são orações dançadas, dança que é oração - ñembo'e. Por isso são chamados ñembo'e jeroky: reza dança. São ritos religiosos que se relacionam com o divino. O ritual é concebido como um caminho e uma busca espiritual.

Os **Guarani** têm, como Deus supremo, um Pai, um Grande Pai, um Avô grande primeiro e último. Os Filhos deste pai são outras divindades e espíritos, com nomes que se diferenciam segundo os diversos grupos. Muitos destes ‘deuses’ são espíritos

cuidadores da selva ou dos animais da floresta. Outros cuidam da atividade agrícola.

No rito do batismo, por exemplo - na realidade, a imposição de nome para uma criança -, é o líder religioso quem deve encontrar, mediante a inspiração recebida de os de Cima e as orações que reza, o nome da pessoa, segundo o lugar espiritual de onde provém. Este nome será parte integrante da pessoa.

O **Guarani** não se chama assim ou assado, ele é o seu nome.

A cosmologia e a experiência religiosa dos **Guarani Ocidentais** é algo diferente. Tüpaete -Tumpa Ete, eles costumam dizer - é o deus supremo, o dono da vida de todos os seres vi-





vos, é o pai, aquele que sabe tudo; é um deus que cuida de todos os seres vivos, é o grande deus.

Nas aldeias não costuma faltar as “casas de reza”, mesmo que de forma diferente em cada um dos povos guarani. Nestas casas e nos pátios abertos em frente são realizadas as festas do milho, onde se canta e se dança durante longas horas. A religião dos **Guarani**, em suas diversas modalidades, é bastante conhecida e praticada pelas comunidades. Mais vulneráveis são aquelas que têm sido despejadas de seus tekohá e se encontram dispersas em pequenos grupos, em lugares inóspitos, nas periferias das cidades ou mendigando nas ruas.

A educação tradicional dos **Guarani** é “para escutar as palavras que cada um recebe de os de Cima”, geralmente através do sonho. Os sistemas nacionais de educação, em vez de usar a sabedoria da educação indígena, que tem conseguido manter a identidade destes povos, por ignorância e por discriminação, têm se tornado um perigo para os povos indígenas.

Ñanderu *Ñanderu rezando em uma Aty Guasu.*
Tekoha Kurusu Ambá, Mato Grosso do Sul,
Brasil, 2014. Ruy Sposati/Cimi



ASSIM VIVEMOS

MITÄ PEPY *Fiesta de iniciação de meninos*
Paĩ-Tavyterã, Tavamboae, Dep. Amambay,
Paraguai, 1988. Fritz Ruprechter

Na Argentina

A política de reconhecimento dos povos guarani na Argentina baseia-se na Reforma Constitucional, do ano 1994, que admite e reconhece que os povos indígenas são pré-existentes étnica e culturalmente à Nação Argentina (Artigo 75, Inc.17), substituindo, assim, a anterior referência constitucional que promovia “o trato pacífico com os índios e sua conversão ao catolicismo”.

Outro passo fundamental foi a aprovação do Convênio 169 sobre Povos Indígenas, da Organização Internacional do Trabalho, vigente na Argentina desde o ano 2001. No entanto, observamos que as políticas de reconhecimento não têm dado lugar, ainda, a políticas de garantia efetiva de direitos.

No ano de 2006 foi promulgada a Lei Nacional 26.160 de “Emergência Territorial Indígena”, que regulariza o levantamento dos territórios de uso das Comunidades e suspende os despejos. No entanto, até a presente data, na província de Misiones, do total de 120 comunidades, só foi finalizado o levantamento em 45 delas (37,5%).

A atual população **guarani**, que habita nas províncias de Salta e Jujuy, soma uns 45.000 habitantes, descendentes de migrantes da região pré-andina da Bolívia oriental vizinha. As migrações foram originadas pelos conflitos bélicos com o Estado boliviano e pela ocupação de suas terras entregues aos fazendeiros que se estabeleceram em seu território na segunda metade do século 19. Esta guerra de resistência culminou com a derrota dos **Guarani** na batalha de Kuruyuky, em 1892.

Quarenta anos mais tarde, os **Guarani**, que haviam conseguido fugir para os campos próximos ao Pilcomayo, foram surpreendidos pela revolta entre paraguaios e bolivianos na Guerra do Chaco, que, na realidade, era uma Guerra pelo petróleo provocada por empresas estrangeiras (1931-1935). Muitos deles tiveram que buscar refúgio nas terras do norte argentino, principalmente nas províncias de Salta e Jujuy e empregar-se na safra nos engenhos açucareiros e

também nas fazendas de plantação de bananas e cítricos e nas serrarias.

Assentaram-se em torno das fontes de trabalho, constituindo bairros e comunidades, como na periferia das cidades de Tartagal, Embarcación e Orán, com características similares às das suas comunidades de origem, organizadas a partir da família extensa.

Atualmente, encontram-se organizadas em torno da “Asamblea del Pueblo Guaraní Argentina” (APG Argentina), criada por influência da APG boliviana e, recentemente, reconhecida pelo Estado argentino. A APG tem sua estrutura própria, sendo sua primeira autoridade uma mulher - kuñakampinta -; no caso de ser homem é Mburubicha ou Capitão. Tradicionalmente são eleitos por unanimidade.

As formas de posse da terra dos **Guarani** na região são variadas. A maioria possui somente as terras que ocupa, mas carecem de territórios aptos e suficientes que permitam sua reprodução social e cultural. No entanto,

há algumas situações mais favoráveis, como o caso da comunidade de São José de Yacuy, onde contam com um território mais amplo (4.000 hectares) que lhes permite praticar seus cultivos tradicionais de subsistência e destinar outra parte dos produtos ao comércio. Apesar da grande diversidade nas formas de posse da terra, são registradas altas taxas de desmatamento, pelos processos de expansão da fronteira agropecuária e pelos conflitos com empresas petrolíferas.

Com relação à educação escolar, o Estado argentino reconhece o direito a uma Educação Intercultural Bilingue (EIB) para os povos indígenas, estabelecendo, no ano 2006, a educação bilíngue como modalidade do sistema educativo. Em Salta existe, desde os anos 1980, o cargo de Auxiliar Bilingue e, em Jujuy, recentemente foi incorporada a figura de pessoa “idônea” para o ensino em língua guarani. Somente funciona para o nível primário e está concentrado na zona rural.

Na Província de Misiones,



Argentina, a população guarani supera os 10.000 habitantes, distribuídos em 120 Tekoá ou Comunidades, sendo a grande maioria composta por **Mbyá-Guarani** e com relações próximas com os **Mbyá** do Paraguai e do Brasil. Do total da população guarani em Misiones, 78,8% tem menos de 30 anos de idade.

Das 120 comunidades, somente 14 superam os 150 habitantes (e somente uma tem mais de 1.000 pessoas). Do conjunto de comunidades identificadas, 75 destas têm reconhecidas as terras em nome de pessoa jurídica, que é condição fundamental para ter acesso à titularidade dos territórios - das que ainda carecem - e a outros benefícios outorgados pelo Estado.

Uma parte considerável da população não-indígena discrimina, explora e desconhece os direitos dos **Guarani**. Na Constituição Provincial de Misiones ainda não foram incorporados os Direitos Indígenas, como consta na Constituição Nacional e na maioria das outras Constituições

provinciais na Argentina.

A resistência tem como ponto de partida as organizações próprias da sociedade guarani. A de maior relevância e que tem tido continuidade é a **Aty Ñeichyrō** – Assembleia Tradicional dos Mburuvichá (Caciques) -, mediante a qual buscam afirmar-se diante do Estado Provincial e Nacional, como também frente às pessoas vizinhas e às empresas. Estes espaços caracterizam-se pela força da própria espiritualidade, na qual se concede um lugar de destaque à palavra sábia dos anciãos e anciãs.

Para além das fronteiras políticas nacionais, recorrem ao Concelho Continental da Nação **Guarani** (CC-NAGUA), com uma ativa participação de seus representantes.

A luta pelo reconhecimento dos Direitos Indígenas e de Consulta que mantém ordinariamente, é constante e incansável, tornando-os, assim, visíveis frente a uma sociedade que pretende ignorá-los. As reivindicações pela recuperação de territórios se faz





sentir de forma permanente, devido à grave situação ambiental e social a que têm sido relegados, convertendo-os, em alguns casos, em comunidades periféricas das cidades, em que alguns jovens e crianças se veem obrigados a apelar à mendicância.

O não cumprimento oficial em relação a seus direitos territoriais e sociais provoca diversos problemas difíceis de resolver. Sua postura decidida em defesa do ambiente deve-se à convicção de que a falta de floresta traz consigo carências alimentares, dificulta as práticas religiosas, impossibilita a sustentabilidade e provoca enfraquecimento cultural; o abandono da medicina tradicional traz graves consequências para sua saúde.

A ruptura do equilíbrio ecológico em que viviam produz-lhes uma maior dependência do sistema de saúde estatal e mudança nos hábitos alimentares. Somam-se a isto, as políticas estatais de caráter assistencialista que não fortalecem a autodeterminação destas populações.

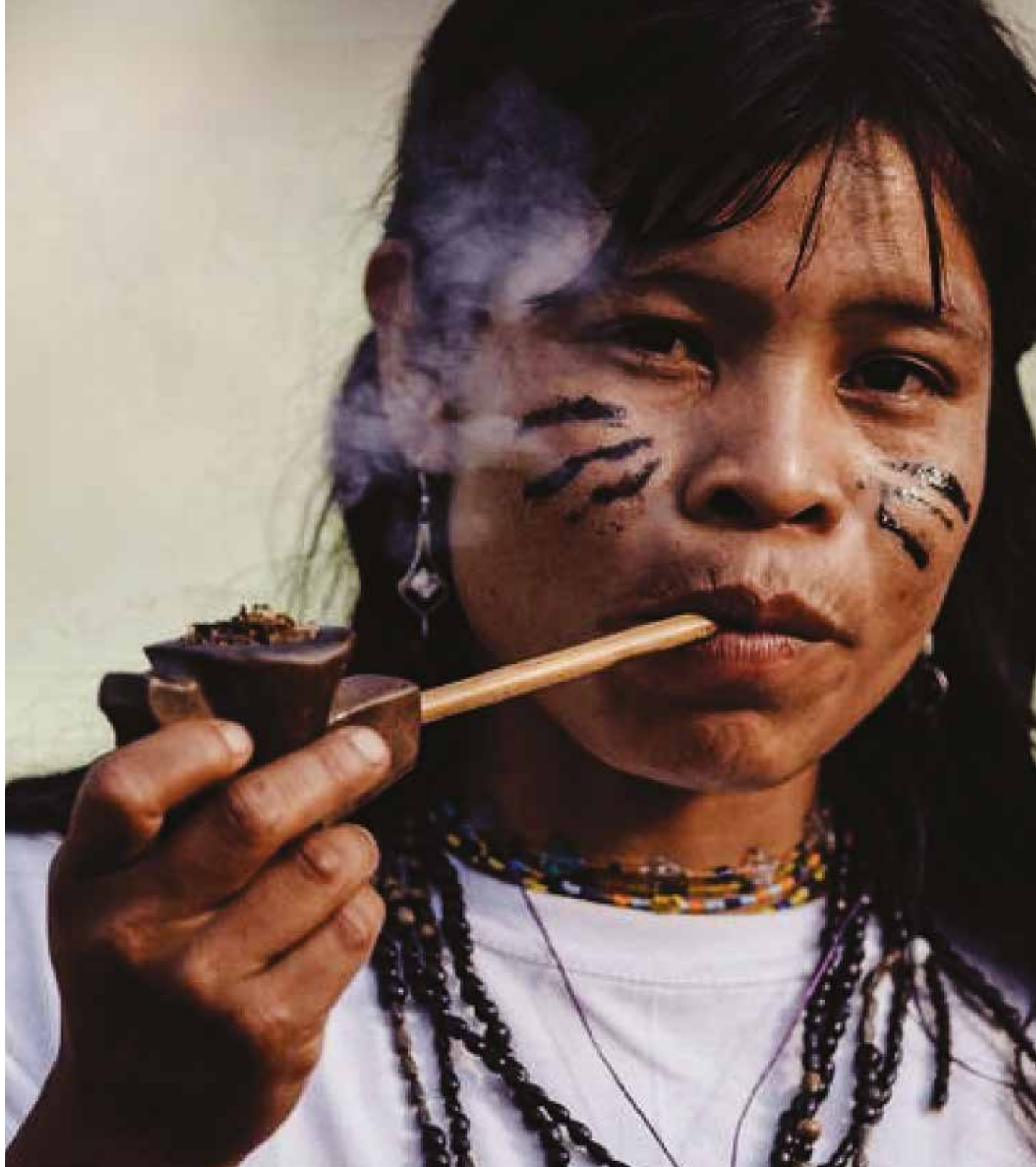
MBYA REKO *Meninos Mbya em interação com a natureza.* Tekoa Ka'a Kupe. Misiones, Argentina, 2016. ENDEPA

Cada vez mais, crianças e jovens indígenas ingressam no sistema educativo oficial, buscando encontrar soluções para as dificuldades que sofrem. Mas, até agora, a escola mais colabora com a fragilização do sistema em vez de favorecê-lo, ao não dar-lhes espaços de participação na elaboração dos Planos de Ensino que efetivamente contemplem metodologias e conteúdos de acordo com a visão **guarani-mbyá**, que é a sua.

Os adultos e suas organizações próprias veem com preocupação a nova situação dos estudantes, que são animados a seguir sua formação, mas, por outro lado, os distancia de seu centro vital e de sua vida comunitária.

Quanto às manifestações religiosas, apesar das repetidas tentativas de diferentes igrejas para que se somem a elas, o Povo **Mbyá** resiste ao avanço de outras formas de fé que não lhes são próprias, mantendo, assim, suas práticas espirituais e religiosas tradicionais - a base e fundamento de sua vida cotidiana.

PETÝGUA *Jovem líder Mbya fumando cachimbo tradicional em um ritual religioso. Tekoa Ka'a Kupe, Misiones, Argentina, 2016. ENDEPA*



Na Bolívia

OS Guarani da Bolívia foram, geralmente, conhecidos como Chiriguanos, mas hoje preferem a autodenominação de Ava Guarani e Ioseño. No entanto, não pode ser ignorado que existem outros povos Guarani diferentes em muitos aspectos; são os Gwarayú (Guarayos), Sirionó (Mbia e Yuki), Tapieté e Guarasug'we.

Perante tal diversidade, foi notável o esforço por "normalizar a língua guarani", o que permitiu o desenvolvimento de materiais para o ensino da língua nos processos de Educação Intercultural Bilingue na década de 1990, consolidada no ano de 2011, com o documento chamado *Ñeesimbika yambaekuatia vaerã* ("Para escrever a língua Guarani").

Vindo do leste sul-americano, antes da invasão europeia, os Guarani ocuparam as melhores terras desde o sopé dos Andes até as planícies; terras especialmente adequadas para o cultivo de milho, mandioca, vários tipos de feijão, abóbora, batata-doce e amendoim.

Os povos Ava **Guarani** e Isoseño incluem, atualmente, mais de 220 comunidades em 25 áreas, ou Tentaguasu, com um total de 65.000 habitantes. Um dos valores fundamentais do teko, ou modo de ser guarani, é ser autônomo, viver livre, ijamba'e; ou seja, sem dono. O tenta seria o tekohá dos **Guarani** orientais, que também significa pátria. Para entender a cosmovisão **Guarani** é necessário considerar três elementos: o **ñande reko** (nosso modo de ser), o **arakuaa** (a sabedoria) e o **ñe'ẽ** (a palavra). De acordo com uma expressão que é típica entre os **Guarani** atuais, sua terra é um território, é um tekohá ou um tenta.

A história do povo **Guarani** na Bolívia está fortemente ligada à terra e ao território e responde a uma dinâmica de processos de ocupação, avassalamento e expropriação, que teve sua maior crise após a histórica batalha de Kuruyuki. A derrota militar dos **Guarani** foi no ano de 1892, pelo Exército boliviano, seguido do lento

avanço da pecuária extensiva, fato que obrigou os **Guarani** a abandonar seus espaços territoriais e se refugiar em lugares afastados, em terras marginais e bastante inóspitas.

Durante a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai (1931-1935), foram novamente atingidos por ambos os exércitos e algumas comunidades se refugiaram na vizinha Argentina e outras no Paraguai, onde ficaram conhecidos como Guarayos e agora são chamados de **Guarani Ocidentais**. A Reforma Agrária de 1953, um acontecimento jurídico e político transcendental na Bolívia, serviu para legalizar o espólio e a usurpação das terras e do território tradicional do povo **Guarani**.

Apesar desta situação, os povos **Guarani**, como outros povos indígenas na Bolívia, nunca renunciaram ao direito de posse sobre o seu território, bem como à sua autonomia. Quase um século depois da batalha de Kuruyuki, foi estabelecida, em 1987, a Assembleia do Povo **Guarani** (APG),

uma organização nacional que possibilita expressar suas vozes, reivindicar seus direitos socioculturais e territoriais e trabalhar pela sua autodeterminação, propondo-se, entre outras demandas, à reconstituição da Nação **Guarani**.

O estatus jurídico das comunidades e capitánias **Guarani** é a "organização comunitária" e, sob essa figura legal, o Estado outorga a pessoa jurídica e a titulação de terras como Terras Comunitárias de Origem. Muitas das capitánias obtiveram suas terras mediante a compra, através de gestões por parte da Igreja Católica e da cooperação internacional e, em outros casos, através de processos de expropriação amparados nas leis e procedimentos realizados por meio do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA).

A cultura organizacional guarani na Bolívia se localiza na comunidade, a partir da família, como um grupo de parentesco extenso. O **Ñemboaty** é o espaço formal das deliberações e

decisões. Esta instituição foi recuperada e consolidada com a fundação da APG, em 1987. Esse **Ñemboati** é a instituição que permite às comunidades (tenta) deliberar, através de consenso, em, basicamente, três aspectos: organizacional, administrativo e político. Os **Guarani Ioseños** têm, no grande fumar, de caráter eminentemente religioso, uma instituição similar, mas também conhecem outros mecanismos de tomada de decisão. É a instância na qual é escolhido o **Mburuvicha** e os responsáveis por cada uma das secretarias da estrutura organizativa, em qualquer nível, desde o comunal até o nacional.

Uma vez reconhecida a democracia comunitária pela Constituição de 2009, o povo guarani consolidou este espaço. A Lei do INRA reconhece o direito dos povos indígenas e originários a obter a titulação das Terras Comunitárias de Origem (TCO) e de Territórios Indígenas Originários Camponeses (TIOC). Também, através desta lei, procedeu-se a titulação

de mais de 60% das terras comunais guarani.

Em vários casos, a titulação das TCO foi um marco importante para as comunidades **Guarani** assumirem a responsabilidade de começar um processo de desenvolvimento autônomo. Um dos obstáculos encontrados com frequência é o potencial limitado das terras para desenvolver atividades produtivas.

No âmbito da educação escolar, os avanços para o povo guarani têm sido significativos, inicialmente, com o fortalecimento da Escola Normal de Formação de Professores Pluri-étnica de Oriente e Chaco (ENFP-POC), elevada ao status de universidade. Através dela os professores se formam com o nível de licenciatura, o que garante a igualdade de condições dos **Guarani** dentro da sociedade nacional, com um esquema de revalorização dos seus saberes ancestrais e próprios de sua cultura.

Atualmente, cada comunidade conta com uma escola, com professo-

res bilíngues em **Guarani** e Castelha-
no. Em várias comunidades existem núcleos educativos e cada núcleo conta com uma Unidade Educativa de nível secundário.

Há uma Universidade Nacional Indígena Boliviana Guarani Apia-
guayqui Tumpa (UNIBOL **Guarani**), que oferece formação profissional em diferentes disciplinas, adequadas ao habitat, às necessidades e à realidade local dos povos indígenas aos quais se orienta. Ela oferece um serviço de formação integral (técnico, cultural e ecológico) para jovens indígenas bolsistas indicados pelas comunidades e capitánias. Também está incluída a medicina tradicional, bem como a soma de conhecimentos utilizados para o diagnóstico, prevenção e tratamento de distúrbios físicos, mentais ou sociais, com base na experiência e na observação, transmitidas de uma geração à outra.

O povo **Guarasug'we** tem uma população de 400 habitantes, assentados na comunidade Porvenir, localiza-

ÑAÑOMOE
JARE
ÑAMOMIRATÄ
DE REKO
LA TIERRA SIN MAL
NACIÓN GUARANI



ESTADO PLURINACIONAL
DE BOLIVIA

AUTONOMÍA
GUARANÍ
CHARAGUA
IYAMBAE
NACIÓN GUARANÍ





da nos limites entre os departamentos de Santa Cruz e Beni, na Amazônia boliviana. Eles viviam da caça, da pesca, da coleta e do cultivo de mandioca e milho, mas, atualmente, estão em um processo de reorientação sob pressão da população regional.

Os indígenas Gwarayú ou Guarayos contam com uma população de 15.000 habitantes e com uma cultura fortemente agrícola de características guarani. Existe, na atualidade, uma forte organização com status jurídico reconhecido, chamada COPNAG (Central de Organização dos Povos Nativos Guarayos). Os Guarayos têm uma longa história de vinculação com o Estado, desde o surgimento da Missão Franciscana até o período posterior à Reforma Agrária, que impulsionou sua submissão aos "brancos" ou caraí, através do estabelecimento de fazendas. Nas últimas décadas do século 20, as antigas missões tornaram-se as atuais comunidades, quando foi alcançada a consolidação territorial nos TCO. Adotaram

MEL Venda de produtos Ava Guarani. Camiri, Bolívia, 2013. CIPCA

o conselho indígena, de acordo com a herança do sistema das Missões ou redutos antigos, como sua organização originária.

Durante a georeferência e identificação recente de comunidades Sirionó (Mbia) foi identificada uma população de 1.340 habitantes, que têm um território demarcado de 52.206 hectares, a TCO Sirionó SANTCO. A organização social dos Sirionó tem como referência principal a família nuclear, totalmente funcional às atividades produtivas e operativas para os deslocamentos de caça, ainda que permaneça em pleno vigor a família extensa. As principais atividades produtivas são a caça, a pesca e a coleta, sendo a caça a que fornece mais prestígio.

Os **Yuqui**, parentes próximos dos **Sirionó**, são 1.040 habitantes na sua Terra-Território do TCO Mbya Recuaté Yuqui Chipiriri - Chapare, que tem 115.000 hectares. Eles estão em uma condição de extrema vulnerabilidade. A precária atividade econômica

dos **Yuqui** se concentra na caça, na pesca, na coleta e no artesanato.

A população **Tapiete** do Chaco boliviano é de 205 habitantes. O território **Tapiete**, atualmente TOC do Povo **Tapiete** de Samaihuate, está localizado na margem esquerda do rio Pilcomayo, localizado no departamento de Tarija, com 24.840 hectares. É importante salientar que o Povo **Tapiete** foi o primeiro a consolidar uma TCO indígena no país. Os Tapieté de Samayhuate atualmente falam uma língua muito próxima à língua dos **Guarani** da Bolívia e têm usos e costumes compartilhados com eles. A Assembleia do Povo Indígena **Tapiete** (APIT) é a instância superior que toma decisões e elege autoridades. É instalada para resolver quaisquer situações ou conflitos, para tomar decisões que dizem respeito à população e, a cada dois anos, para a eleição de autoridades superiores, com a presença de toda a comunidade que, através do voto democrático, escolhe os seus representantes.

CAFÉ Mulher Ava guarani mostra pé de café.
Comunidad Isipotindi, Bolivia, 2016
CIPCA



No Brasil

Ao longo dos séculos de colonização, diversas denominações foram atribuídas aos coletivos **guarani** presentes em um extenso território ao qual se sobrepuseram as fronteiras dos Estados nacionais.

A sua concentração e dispersão espacial, de acordo com a nomenclatura vigente, está representada no Mapa Guarani Continental. No contexto brasileiro, em razão das múltiplas interações e similaridades históricas, optamos por empregar o nome geral **Guarani**, sem especificar os etnônimos Kaiowá, Nhandeva (Ava Guarani, Tupi Guarani, Xiripá) e Mbyá, referidos na literatura atual.

A população **Guarani** em terras indígenas, reservas, áreas dominiais, acampamentos e situações urbanas, entre os anos de 2012 e 2015, foi estimada, segundo dados oficiais do Estado e da equipe do Mapa Guarani Continental, em 85.255 pessoas, espalhadas por onze estados nas cinco regiões brasileiras.

Considerando dificuldades no re-censeamento guarani, atribuídas, entre outras causas, à mobilidade em suas numerosas aldeias, calcula-se que este contingente está assim distribuído: 64.455 na região Centro-Oeste, estado de Mato Grosso do Sul (MS); 300 nos estados de Mato Grosso (MT), Tocantins (TO), Pará (PA), Maranhão (MA); 20.500 nas regiões Sul e Sudeste, estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Paraná (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES).

Em MS e PR, a situação dos **Guarani** sofreu profundas alterações logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), cujos efeitos se estenderam às aldeias das demais regiões que abrigavam famílias indígenas em busca de refúgio.

O final da guerra consolidou a ocupação continuada no interior do país por sucessivas frentes de exploração econômica, como a extração da erva-mate nativa, projetos agropecuários e de colonização, cujos ritmos passaram a marcar a vida dos **Guarani**. Na década de 1970 introduziu-se o cultivo mecanizado

de soja, milho e trigo e, nos anos 1980, o plantio de cana de açúcar.

Como efeito cumulativo do avanço das frentes de expansão, as terras de ocupação tradicional guarani foram gradativamente expropriadas, as matas derrubadas e os indígenas relegados à condição de mão-de-obra barata, similar à escravidão. O desmatamento comprometeu a biodiversidade, substituindo as matas, capoeiras e campos pelas monoculturas.

Até a década de 1980, no litoral do Sul e Sudeste, os **Guarani** eram equivocadamente considerados nômades, aculturados ou estrangeiros e, à revelia da legislação vigente, não lhes eram garantidos direitos sobre as terras que ocupavam.

Durante a década de 1980, projetos econômicos se intensificaram com a construção de complexos turísticos e rodovias litorâneas. Rapidamente, a especulação imobiliária gerou desordenada e progressiva ocupação humana. Além de turistas, trabalhadores migraram de várias regiões do país, atraídos por empregos

informais na construção civil e nas obras de urbanização, que resultaram na degradação e diminuição da Mata Atlântica e destruição de caminhos e aldeias cujas áreas passaram a ser alvo de interesses financeiros.

Em pequenas áreas nas regiões Norte e Nordeste e no Mato Grosso (MT), núcleos familiares guarani vivem em aldeias próprias ou, como minoria, em terras de outros povos indígenas. No município de Nova Jacundá (PA), desde 1997 o Governo Federal homologou uma área dominial de 424 hectares para os **Guarani**. Todos descendem de um mesmo grande grupo que, após a Guerra do Paraguai, partiu rumo ao norte do Brasil, visando chegar ao “mar de Belém”, e se separaram durante seus trajetos.

A exploração econômica no Mato Grosso do Sul e Paraná e o processo de expulsão dos Guarani de suas terras tradicionais - de 1880 a 1980

A instalação da Companhia Matte Laranjeira em 1882, no sul do MS e

oeste do PR, foi responsável pela disseminação de várias doenças e diminuição da população indígena.

Paralelamente, beneficiando-se da infraestrutura que a Companhia trouxe para a região, instalaram-se as primeiras fazendas de gado. Neste início de nova colonização, o processo de expulsão não afetava toda as aldeias guarani na mesma intensidade, uma vez que parte das aldeias se localizam em lugares de difícil acesso, em matas fechadas e altiplanos.

Na virada do século XIX para o século XX, inicia-se a extração de madeira, levada aos mercados do Prata via rio Paraná, e na metade do século XX, a extração da madeira é direcionada para MS.

Em Mato Grosso do Sul, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, promoveu a instalação de milhares de colonos, com titulação de terras e implantação de empreendimentos agropecuários sobre os territórios indígenas.

No oeste do PR, o processo de expulsão dos **Guarani** foi agravado com a construção da Usina Hidrelétrica de

Itaipu, em 1980. Memória da extrema violência a que foram submetidos, ainda segue viva naqueles que tiveram numerosos tekohá, áreas de uso e locais sagrados inundados e que persistiram em permanecer na região.

Tanto as frentes colonizadoras como a instalação de Itaipu impuseram a fuga para locais de difícil acesso em fragmentos de matas, no Brasil, Paraguai e Argentina, ou a transferência para Reservas Indígenas no MS, PR e SC. Posteriormente, várias famílias voltaram à região dos municípios de Foz de Iguaçu, Guaíra e Terra Roxa, no oeste do Paraná.

A partir da segunda metade do século XX ocorreram movimentos de fuga para aldeias no litoral Sul e Sudeste e a criação de novas aldeias, onde os **Guarani** pretendiam viver com liberdade, escapando dos maus tratos e do regime de trabalho e moradia imposto nas Reservas Indígenas, alheios ao seu modo de ser, **tekó**.

O reconhecimento dos direitos territoriais dos **Guarani** no período do

Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Entre os anos de 1915 e 1928, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) demarcou, em Mato Grosso do Sul, oito Reservas com superfície total de 18.124 hectares, com o objetivo de confinar os núcleos guarani dispersos na região.

A intenção era liberar terras para a colonização e submeter os indígenas à lógica econômica de mercado. Somente a partir do final da década de 1980, apoiando-se nos preceitos da Constituição Federal (CF) de 1988 e em setores da sociedade civil, comunidades guarani recuperaram a posse de 11 terras de antigas aldeias que, juntas, somam um total de 22.450 hectares.

Entretanto, ações judiciais contestando os direitos dos **Guarani** impedem a finalização desses procedimentos demarcatórios. A partir dos anos 1990, novas reivindicações de demarcações foram encaminhadas ao Governo, mas os procedimentos não seguiram seu curso, agravando-se os conflitos fundiários. Em 2008, a FUNAI constituiu 6 Grupos



Técnicos para realização de estudos de Identificação e Delimitação de Terras **Guarani** no MS, porém não foram finalizados.

A maior parte da população indígena, cerca de 80%, vive concentrada nas oito Reservas demarcadas pelo SPI ou em acampamentos às margens das rodovias e em áreas tituladas em nome de particulares. A violência contra os indígenas e os conflitos fundiários com o setor ruralista prolongam-se indefinidamente e assumem um caráter dramático.

No Sul e Sudeste, os **Guarani** utilizam o conceito de *yvyrupá*, que, cosmológicamente, fundamenta o sentido de mundo em toda a sua extensão terrestre, para designar politicamente o território sem fronteiras onde distribuem seus *tekoá*. Nos estados de RS, SC, PR, SP, RJ e ES, os **Guarani** ocupam 153 Terras Indígenas (136 exclusivamente **Guarani** e 17 compartilhadas com outros povos).

Registrou-se também 105 locais de antigas aldeias, desocupados em decorrência de pressões fundiárias, esbulhos, descaracterização ambiental, etc. Ao

ÑANDERU *Rezador kaiowá em uma fazenda retomada.*
Tekoha Tey'ikue, Mato Grosso do Sul, Brasil, 2013.
Paulo Siqueira



todo, 258 áreas foram contabilizadas a partir dos anos 1980, conforme o Atlas das Terras **Guarani** no Sul e Sudeste do Brasil, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI – 2015).

Destas, em todos os seis estados federativos, apenas 17 áreas tiveram o procedimento de demarcação plenamente concluído antes dos anos 2000, somando um total aproximado de 25.000 hectares; cerca de 60 estão com os procedimentos em curso ou paralisados; e 70 sem providência administrativa. Alguns avanços ocorreram a partir de 2008, com o início de vários estudos de identificação e atualização de limites que se encontram em diversas etapas, sem conclusão. Em Guaíra e Terra Roxa, PR, os procedimentos para demarcação, iniciados em 2013, estão paralisados. Nota-se que, mesmo regularizando todas as terras reivindicadas pelos **Guarani**, estas não superariam 1% do território desses estados.

Há ainda ações judiciais movidas por órgãos governamentais em SC, PR e SP, devido à incidência de Unidades de Conservação em Terras Indígenas

situadas na Mata Atlântica do litoral, visando à expulsão da população guarani das áreas de sobreposição.

Apesar da exiguidade das áreas pleiteadas pelos **Guarani** para o conjunto de seu povo, diversos entraves têm impedido sua regularização. Os processos judiciais contra a demarcação de suas terras obstaculizam os encaminhamentos administrativos. Avanços conquistados estão ameaçados com ações judiciais visando anular procedimentos que se encontram nas etapas finais, no RS, SC, SP e MS.

Em vários casos, o próprio judiciário emite ações de despejos, cumpridas por forças policiais. A defesa jurídica das comunidades tem se empenhado em manter as comunidades nas áreas enquanto os processos seguem seu curso.

Entretanto, em muitas situações ocorrem remoções forçadas dos indígenas por fazendeiros que formam milícias armadas ou contratam empresas de segurança, revelando não somente a articulação entre os fazendeiros, mas um modus operandi na escalada dos ataques às comunidades indígenas.

O confinamento guarani: expropriação territorial, etnocídio silencioso e continuado

O processo de expropriação e confinamento de contingentes populacionais muito superior aos padrões historicamente vivenciados pelos **Guarani**, em espaços extremamente exíguos, impôs profundas limitações à sua economia, inviabilizando a itinerância e causando o esgotamento de recursos necessários para a vida nas aldeias.

O confinamento trouxe, ainda, o desafio de adequar a organização social à sobreposição de espaços familiares. Nas Reservas, segundo a percepção dos **Guarani**, restringem-se drasticamente as possibilidades de reprodução dos modos de ser guarani e são impostos padrões culturais não indígenas. Este processo é a raiz dos principais problemas sociais que assolam as comunidades.

Em razão das dificuldades vivenciadas nas Reservas em Mato Grosso do Sul, vários grupos familiares vão se estabelecendo nas periferias de cida-

des, em situação precária, em busca de trabalho assalariado e, em sua maioria, não alcançados pelas leis trabalhistas. As condições a que os **Guarani** têm sido submetidos caracteriza um processo de etnocídio silencioso e contínuo. Ainda hoje, são inúmeras as iniciativas políticas impositivas que buscam “integrá-los” à sociedade envolvente, como estratégia, não só de espoliação de seus territórios, mas da extinção efetiva de seus modos de vida.

Segundo o senso comum da população local não indígena, o “problema indígena” deixará de existir quando os **Guarani** deixarem de ser **Guarani**, seja pela eliminação física, seja pelo abandono de seu modo próprio de ser. Os relatórios de violência contra os povos indígenas no Brasil, elaborados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), expressam a gravidade da situação. Dentre os anos de 2003 e 2015 ocorreram no Brasil, pelo menos, 891 assassinatos de pessoas indígenas; destes, 426 (47%) foram no MS. Significa dizer que houve um assassinato a cada 11 dias neste Estado. Entre estes assassinatos, encontram-se, pelo menos,

16 casos de lideranças indígenas, as quais, segundo inquéritos e denúncias do Ministério Público Federal (MPF) foram assassinadas a mando de fazendeiros da região.

Conforme investigações da Polícia Federal e do MPF, estes crimes estão vinculados diretamente à luta pela terra, intensificada nos últimos anos devido à crise humanitária que vivem as comunidades. Segundo estes órgãos, nos últimos 5 anos se conformou, em Mato Grosso do Sul, uma milícia privada armada para atacar comunidades indígenas. Recentemente, o MPF denunciou 12 pessoas ligadas ao agronegócio, por formação de milícia armada.

Durante o período de 2000 a 2015, ocorreram, entre os **Guarani** no Mato Grosso do Sul, pelo menos 752 casos de suicídio, dos quais 70% eram jovens entre 15 e 25 anos. Em outras palavras, houve um caso de suicídio por semana, nos últimos 16 anos. Por fim, diagnóstico nutricional e alimentar realizado pela sessão Brasil da Foodfirst Information & Action Network (Fian), em parceria com pesquisadores da Universidade Estadual

de Campinas (Unicamp), apontam que algumas comunidades **Guarani** no MS registram 42% de desnutrição crônica, situação que, além de matar, impede que as crianças desenvolvam todas as suas capacidades motoras e de crescimento saudável, desde a sua gestação, uma vez que as mães também apresentam quadro desnutricional grave.

Para o assessor especial para a prevenção de Genocídio, do Secretário Geral das Nações Unidas, Adama Dieng, Genocídio é “quando se é morto, não pelo que se fez, mas sim por quem se é” e “tudo começa com a desumanização de um grupo específico”.

Este escritório da ONU tem trabalhado com novas afirmações e instrumentos de risco que permitem que a situação vivida por comunidades guarani receba o enquadramento jurídico político de genocídio, no Direito internacional.

É o caso da “Framework of Analysis for Atrocity Crimes”, marco elaborado pelo escritório de prevenção das Nações Unidas, que analisa preventivamente fatores de riscos para Crimes de Atroci-

dades, Genocídio ou Contra a Humanidade. Seguindo esta metodologia, uma pesquisa preliminar da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) aponta que a situação dos **Guarani** no MS se enquadra em todos os 14 fatores de risco (8 comuns e 6 específicos).

A dimensão e a gravidade do confinamento extremo imposto aos **Guarani** é visível, especialmente nas reservas de Dourados, Amambai e Caarapó (MS), que somam 9.498 hectares e abrigam cerca de 26 mil pessoas; em Guaíra e Terra Roxa, no PR, onde cerca de 3.500 pessoas vivem em pequenas áreas sem regularização e disputadas pelos ruralistas; e na TI Jaraguá, em SP, com apenas 1,7 hectares demarcados, com uma população de mil habitantes.

Observe no mapa ao lado a distribuição populacional dos povos **Guarani** nas fronteiras Brasil, Paraguai e Argentina. As 8 reservas Guarani Kaiowá em MS, aglomeram cerca de 40 mil pessoas, destoando drasticamente da demografia guarani no restante da região.

Procedimento para atualização dos

MAPA GUARANI CONTINENTAL 2016

Os Guarani na fronteira
Brasil/Paraguai/Argentina

Distribuição da população segundo
a localidade e o número de habitantes

HABITANTES

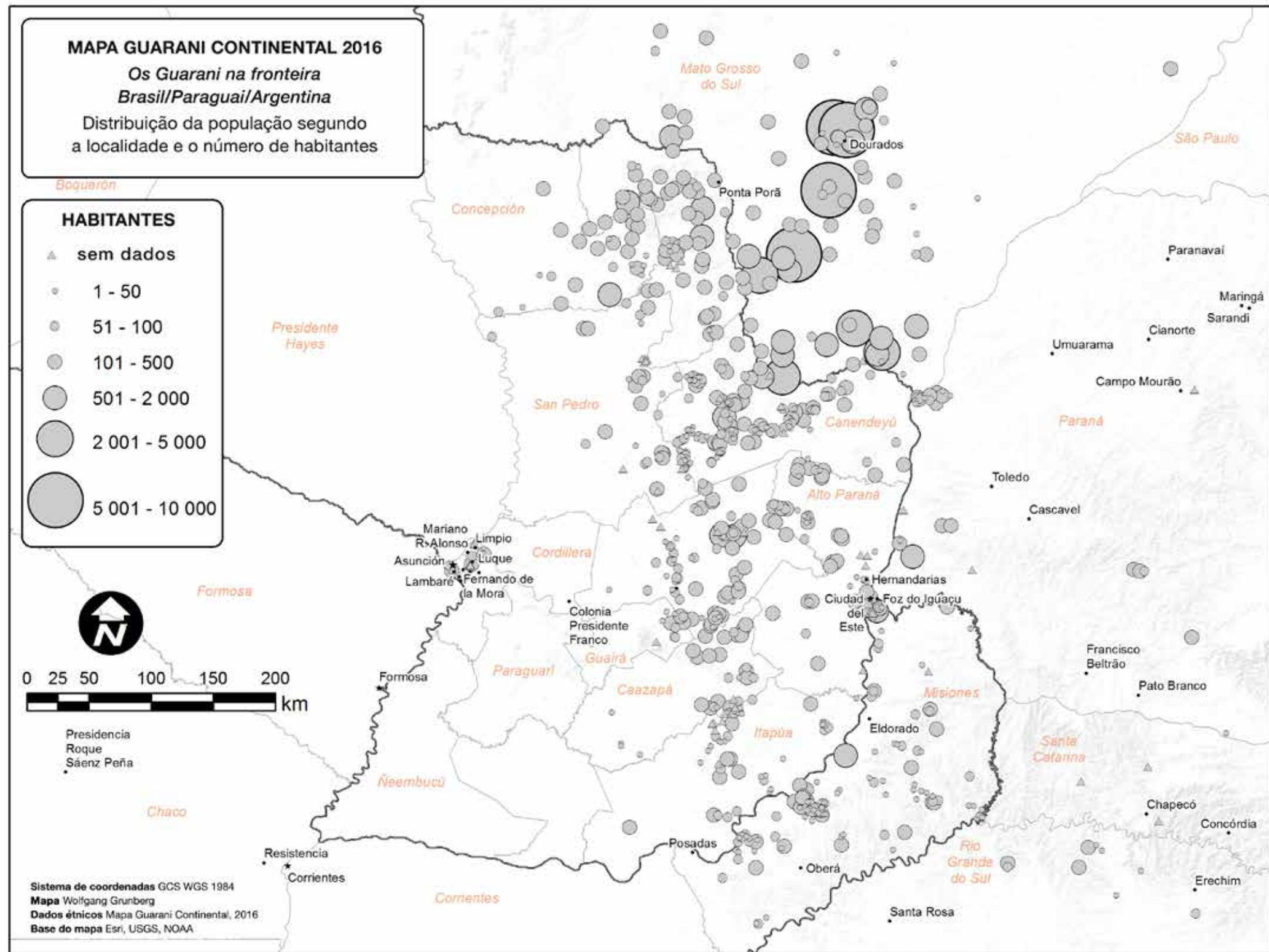
- ▲ sem dados
- 1 - 50
- 51 - 100
- 101 - 500
- 501 - 2 000
- 2 001 - 5 000
- 5 001 - 10 000



0 25 50 100 150 200
km

Presidencia
Roque
Sáenz Peña

Sistema de coordenadas GCS WGS 1984
Mapa Wolfgang Grunberg
Dados étnicos Mapa Guarani Continental, 2016
Base do mapa Esri, USGS, NOAA





limites da Terra Indígena (TI) Jaraguá, SP, teve início em 2008, comprovando uma área de ocupação tradicional de 532 hectares, cerceados aos **Guarani** por diversas ações judiciais.

A luta incansável pela terra - articulações e mobilizações nacionais e internacionais

O processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a CF de 1988, abriu novas possibilidades para o reconhecimento dos direitos indígenas e o protagonismo destes povos. Articuladas em torno de sua grande assembleia, a **Aty Guasu**, ainda nos anos 1980, várias comunidades em MS retomaram parte de suas terras tradicionais.

Da mesma forma, nos últimos anos, os **Guarani** praticamente triplicaram a posse efetiva de suas terras, através de ações de retomadas (de terra). As reações de setores do agronegócio geraram conflitos fundiários, causando grande número de mortos e feridos, como o caso do Massacre de Caarapó, ocorrido em

junho 2016, amplamente noticiado na imprensa. Contrapondo-se a um contexto extremamente difícil, os **Guarani** passaram a renovar a construção de redes de alianças entre lideranças, comunidades e o movimento indígena nacional e internacional, bem como ampliaram suas conexões com organizações de apoio aos direitos humanos e movimentos sociais.

Com forte articulação, os **Guarani** no Sul e Sudeste formalizaram, em 2006, a **Comissão Guarani Yvyrupá**. O nome desta organização política define sua esfera de ação diante dos problemas e conflitos territoriais nas diversas regiões, assim como a atuação conjunta, no plano das políticas públicas, com movimentos indígenas nacionais, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e regionais, como a Nhemongueta, constituída por um Conselho de lideranças guarani em Santa Catarina. As lideranças dessas organizações não abdicaram da orientação dos xe ramõi e xe jarýi - avós, sábios (literalmente, “meu avô”, “minha avó”) - que participam de encontros e reuniões em que são encaminhadas reivin-

dicações de direitos sócio-territoriais.

As conquistas, no reconhecimento e garantia dos territórios indígenas, devem-se às mobilizações estratégicas e articulações dos **Guarani**, na defesa intransigente de seus direitos constitucionais e em tratados e convenções internacionais. Nos últimos anos, os **Guarani** têm garantido maior visibilidade da grave situação a qual estão submetidos, acionando diversos mecanismos com o objetivo de forçar o Estado brasileiro a cumprir com suas obrigações legais.

É o caso das recomendações da relatora especial para povos indígenas da ONU, Victória Tauli-Corpuz, após visita ao Brasil; também as preocupações manifestadas pelo Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, em relação aos assassinatos e à impunidade que se arrasta por décadas no MS; as manifestações e pedidos de esclarecimentos por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil; e, recentemente, a emissão de uma Resolução de Urgência do Parlamento Europeu, face à escalada da violência contra os **Guarani** no MS.

No Paraguai

O Paraguai tem, atualmente, uma população de 62.000 pessoas Guarani. O número de aldeias ou comunidades na região oriental do Paraguai é muito alto: 124 pertencem ao grupo Ava-Guarani; 170 aos Mbyá, e 62 aos Paĩ-Tavyterã. Essa fragmentação e atomização provavelmente respondem à destruição de muitos tekohá que hoje são apenas enclaves dentro do que foi o seu território. Os Aché foram reduzidos a 6 comunidades. A maior concentração está entre os Guarani Ocidentais do Chaco, com apenas 6 grandes unidades, na forma de bairros de pequenas cidades, e os Guarani Ñandéva, com 4 comunidades semelhantes.

Para todos os Guarani, a terra não é propriamente uma superfície de terra que pode ser medida, fragmentada e vendida, mas um espaço onde se vive o modo de ser guarani, o tekó. No Paraguai, os Guarani, especialmente após o Tratado de Itaipú e a construção da hidrelétrica binacional, tiveram os seus tekohá profundamente transformados. Todo o território guarani tem sido afetado por mudanças que parecem irreversíveis, devido às tentativas e pressões de forçar os Guarani a abandonar seu sistema de vida cultural, religioso e econômico.

As características destas transformações e substituições têm sido causadas, principalmente, pelos seguintes fatores:

A entrada de um novo contingente populacional brasileiro, os chamados brasiguaios, que ocupam grande parte dos territórios tradicionais guarani, e de outros proprietários de terras que se dedicam ao agronegócio, com o cultivo de soja mecanizada e fazendas de gado, que atingem dezenas de milhares de hectares. De fato, estes cultivos obrigam ao desmatamento completo da área, acompanhado da expulsão de seus habitantes tradicionais. Assim, o tekohá dos **Guarani** foi destruído definitivamente.

A expulsão e o abandono dos tekohá, pela destruição de suas florestas, pelos agrotóxicos que envenenam as águas e o ar e pelo não reconhecimento de suas terras por parte do Estado são os principais ataques e a maior injustiça que os povos guarani sofrem na região leste do país, atualmente.

A permissão, o incentivo e a proteção dos contratos de arrenda-

mento de terras indígenas por parte do Estado, com a conivência de alguns caciques, marcam a atual política contra os **Guarani**. Nenhum aspecto legal ou autoridade política pode justificar a entrega dessas terras aos arrendatários, que deixam as comunidades em situação de extrema pobreza e expostas ao despejo. É uma prática inconstitucional que se tornou habitual e, em alguns casos, se apresenta hipocritamente como "ajuda".

A extensão do contrato de arrendamento das terras apresenta características alarmantes. As comunidades **Guarani** que alugam suas terras, total ou parcialmente, são 148, das quais, 95 comunidades as alugam para colonos paraguaios, 70 para brasileiros, 11 para menonitas e 10 para alemães.

O povo Avá-**Guarani** é, talvez, o mais afetado, por uma situação em que se combinam o assédio e a pressão dos colonos do agronegócio, com a inatividade de lideranças comunitárias. Seguem os **Mbyá**, os **Aché** e, em menor medida, os **Paĩ-Tavyterã**. Dos 34.320 hectares que os **Guarani** possuem nos

departamentos de Canindeyú, Alto Paraná, Caaguazú e Caazapá, 16.479 são alugados.

A legislação a respeito dos territórios indígenas e a demarcação de terras tiveram um grande avanço ao ser promulgada a Lei 904/81, que dá origem ao INDI que, no art. 1, define a sua origem e seu objetivo: menciona explicitamente a defesa do patrimônio e, implicitamente, refere-se aos aspectos tangíveis e intangíveis de seus espaços comunitários. Em seu art. 17 menciona: A concessão de terras fiscais para as comunidades indígenas será realizada de forma gratuita e indivisível. A fração não poderá ser embargada, alienada, arrendada a terceiros, prescrita nem comprometida para garantir qualquer crédito, no todo ou em parte.

A Constituição Nacional do Paraguai, de 1992, foi elaborada em um momento de grande euforia política, quando acabava a ditadura do general Alfredo Stroessner e o país esperava uma autêntica transição democrática. Embora os povos indígenas não tives-

sem representantes como membros constituintes, houve um sólido grupo de intelectuais, indígenas e juristas que souberam construir um bom texto sobre direitos indígenas, como foi definido no Capítulo V:

Artigo 62 - Dos povos indígenas e grupos étnicos

Esta Constituição reconhece a existência dos povos indígenas, definidos como grupos de cultura anteriores à formação e organização do Estado paraguaio.

Artigo 64 - Da propriedade comunitária. Os povos indígenas têm o direito à propriedade comunitária da terra, em extensão e qualidade suficientes para a conservação e desenvolvimento dos seus modos particulares de vida. O Estado fornecerá gratuitamente estas terras, as quais serão não embargáveis, indivisíveis, intransferíveis, imprescritíveis, não suscetíveis de garantir obrigações contratuais nem para locação; igualmente estarão isentas de imposto. Proíbe-se a remoção ou transferência do seu habitat sem o consentimento

expresso dos mesmos.

A clara vontade política atual contra os povos guarani e o desamparo jurídico em que se encontram os seus tekohá, terras e territórios, são o maior risco que ameaça todos os **Guarani** do Paraguai. O poder executivo, aliado com o legislativo e o judiciário, está disposto a oferecer alguns benefícios para os **Guarani** - casas, água corrente, escolas -, exceto a defesa e o reconhecimento de suas terras e territórios, muito menos defender seu modo de ser, o seu tekó.

A isso junta-se o tratamento racista e discriminatório contra a população originária, privada de seus direitos humanos fundamentais. Além da expulsão de seus territórios, os **Guarani** são ameaçados e criminalizados quando exigem seus direitos reconhecidos pela Constituição do Paraguai de 1992 e pelos vários documentos dos organismos internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos povos indígenas (10-12-2007), que o Estado paraguaio subscreveu. No Paraguai não é apenas a falta de justiça, mas

a declarada e manifesta injustiça contra os indígenas, que também vai contra o país.

A estrutura fundamental da família extensa, vivida de várias maneiras pelos diferentes grupos, ainda é uma das bases mais sólidas para manter o tekó guarani. A **aty** ou assembleia, como expressão política comunitária, regional e nacional, ainda é um dos suportes mais importantes para a persistência e resistência das comunidades guarani.

A **aty** é uma forma de política guarani muito forte e ordinária, especialmente entre os **Paĩ-Tavyterã**. A assembleia, no entanto, em algumas comunidades ou regiões, perdeu muito de sua força devido aos interesses criados por grupos e até mesmo famílias extensas, que se atribuem privilégios privados, em detrimento da comunidade. Aqui, novamente, o arrendamento de terras tem facilitado a desigualdade na distribuição equitativa dos recursos e bens.

A economia, que repousava em uma forma de trabalho comunitário e distribuição equitativa dos bens, foi

profundamente transformada. A produção interna diminuiu. A dependência de salários externos, que beneficiam os professores nas escolas para indígenas, bem como os agentes de saúde, criou um desequilíbrio significativo na vida da comunidade, onde se insinua a distinção entre **Guarani** ricos e **Guarani** pobres.

Não desapareceu, no entanto, a festa - arete - e, nas famílias mais tradicionais ainda se mantém o dom - jopói, 'mãos abertas uns para os outros' -, que atinge a todos por igual. No regime de transformações que o Estado pretende impor, apesar das distorções que se fazem sentir com muita força, permanece, no entanto, em muitas comunidades, a prática comum da dança ritual e a palavra dos líderes religiosos no jero ky ñembo'e.

Contra o **tekó guarani** no Paraguai, a generalização de uma espécie de escola "nacional", não deixa de ser um instrumento chave e nefasto para a desintegração do tekó, que, mesmo com professores indígenas, representa um grave perigo para a educação dos mais

jóvens, não só pela sua falta de efetividade no ensino do conhecimento necessário e adequado à atual situação colonial mas, por outro lado, porque traz consigo a propaganda implícita de outro modo de ser.

No entanto, através de maior formação de alguns professores, mesmo dentro do sistema escolar nacional, e com a melhor preparação de algumas lideranças, aparece uma consciência mais crítica sobre sua situação atual e a maneira de enfrentá-la. Por enquanto, ainda não tem sido possível um modelo de escola indígena para reforçar, e não substituir, a educação tradicional, cujo sucesso é fazer de um **Guarani** um bom **Guarani**.

A religião, com suas crenças e rituais, é mantida e praticada por grandes setores das comunidades guarani. Aqui serão considerados apenas alguns traços específicos de sua vivência e prática no Paraguai. Os rituais comuns e específicos, de grande valor simbólico e educativo são o **jero ky** e o **ñembo'e**. Os locais designados para esses rituais são clara-

KUÑA *Mulher com cesto tradicional Paĩ-Tavyterã.*
Dep. Amambay, Paraguai, 1975.
Bartomeu Melià sj





mente visíveis nas aldeias e comunidades guarani na Argentina e no Brasil, mas, especialmente no Paraguai, ainda se encontra o mba'e marangatu - lugar do sagrado -, nas grandes casas dos **Paĩ-Tavyterã**; o yvyra ña'ẽ, o cocho para a chicha dos **Ava-Guarani**; e a opy – casa ritual dos **Mbya** – raramente aberta aos não indígenas.

Entre os grandes rituais do avatikyry, a festa do milho novo é um ato significativo da força social, econômica e religiosa de uma comunidade ou de um conjunto delas. Devemos destacar que são os **Paĩ-Tavyterã**, no Paraguai, junto com os Simba, na Bolívia, que, entre todos os **Guarani**, ainda mantêm o ritual do lábio perfurado, como um sinal de identidade tradicional.

Para os **Guarani** no Paraguai, a defesa do seu modo de ser e a persistência em seu tekó ainda são a melhor garantia do seu futuro.

Os indígenas **Guarani Ocidentais** no Paraguai, que durante séculos foram chamados **Chiriguanos**, haviam migrado da região oriental do Paraguai,

através do Chaco, inclusive antes da chegada dos espanhóis, e continuaram a migrar nos primeiros tempos da colônia, especialmente entre os anos 1530 a 1550. Estabelecidos no Chaco boliviano, impuseram o seu domínio sobre os povos Chané, que adotaram a língua **Guarani**.

Seguiram anos de acomodação com os colonos espanhóis e missionários, mas sem deixar de reivindicar seus direitos territoriais e sua liberdade. Guerras e conflitos foram frequentes; perderam muito da sua autonomia e vastos territórios passaram para mãos de grandes pecuaristas latifundiários.

Durante a Guerra do Chaco (1932-1938), algumas parciais deste povo apoiaram o exército paraguaio. Com a vitória do Paraguai e a definição da nova fronteira com a Bolívia, algumas centenas desses **Guarani** 'bolivianos' se encontraram em território paraguaio; o governo prometeu títulos de propriedade das terras e uma vaca leiteira.

De acordo com o desejo e pedido dos **Guarani**, a Congregação dos

MITÁ PEPY

Tekoha Paĩ-Tavyterã Cerro Akângue.

Dep. Amambay, Paraguay. Grupo Sunu

Oblatos de Maria Imaculada fundou as missões de Guachalla e de Santa Teresita, localizadas na cidade de Mariscal Estigarribia.

No Paraguai, são 4.605 **Guarani Ocidentais**, todos eles vivendo no departamento de Boquerón no Chaco, além de alguns na região leste. Do ponto de vista sociocultural, eles seguem, em geral, as normas e práticas dos **Guarani** que estão na Bolívia.

Também no Paraguai, o **arete guasu** ou carnaval, é uma comemoração de tradição forte e constante. A língua **Guarani** tende, porém, a adotar as particularidades e usos do **Guarani** paraguaio. A escolarização nacional alcança entre eles as mais altas taxas, em comparação com outros **Guarani**. O pertencimento à Igreja Católica é também uma característica distintiva.

Os **Guarani-Ñandéva** do Chaco são o mesmo povo que os Tapieté da Bolívia e Argentina e reúnem mais de 1.500 pessoas. Habitam, principalmente, em quatro comunidades, que têm suas terras legalmente reconhecidas.

CHICHA *Mulher Paĩ-Tavyterã tomando chicha (de milho).* Paraguai, 2015.
Claudia Caceres





E AMANHÃ?

ÑANDESY *Ñandesy guarani kaiowá pinta rosto de
crianças com urucum.* Tekoha Laranjeira Ñanderu,
Mato Grosso do Sul, Brasil, 2012. Phil Clarke Hill

QUAL É O NOSSO FUTURO?

A história recente trouxe uma enorme destruição para os **Guarani**, com impactos que já causaram neles uma grande tragédia humana:

Foram expulsos de suas terras em ações rápidas e, em muitos casos, violentas, sem ter a possibilidade de voltar aos seus assentamentos e sem poder buscar terras novas para se assentar de acordo com as suas necessidades. Tiveram que viver forçadamente em "Colônias" ou "Reservas" indígenas que, na realidade, eram e continuam a ser campos de refugiados. Muitas aldeias são áreas de confinamento. Não havia espaço suficiente para cultivar o necessário para sobreviver. Esta situação significava ter que viver junto com

famílias de outras comunidades, com as quais, muitas vezes, houve relações de conflito.

A partir de 1960 até 1990, praticamente todo o sul do Mato Grosso do Sul, no Brasil, foi desmatado e essa destruição massiva se expandiu pelo Paraguai, onde toda a faixa do rio Paraná tornou-se um grande campo de soja e outras monoculturas análogas. Para os **Guarani**, isto significa a destruição do seu mundo. Habitantes da floresta, por excelência, sempre moraram e tiraram sua sobrevivência da floresta. Todos os seus conhecimentos, desde níveis muito práticos, sobre plantas e animais, até sua cosmovisão e sua espiritualidade, até hoje estão vin-

culados à mata, que não é apenas um lugar de fauna e flora, mas um espaço de seres sociais espirituais, guardiões de animais e plantas, com os que os **Guarani** se relacionam e dos que dependem para reproduzir o seu próprio sistema social.

Os **Guarani**, agora despojados dos seus cultivos, têm que comprar seus alimentos nos armazéns ou dos vendedores ambulantes.

Estas mudanças tão rápidas e profundas causaram nas populações **Guarani** desequilíbrio e desespero, que se manifestam em vários problemas sociais e de saúde:

- Aumento de suicídios, especialmente desde a década de 1990, com

uma das mais altas taxas do mundo;

- Aumento dos conflitos de terra;
- Dependência crescente de governos e agências não-governamentais, geralmente de forma aberta e descaradamente assistencialistas;
- Aumento dos níveis de urbanização precária.

Um sintoma da deterioração da qualidade de vida dos **Guarani** também é visto no aumento do estabelecimento de grupos familiares muito pequenos, em moradias precárias, isoladas, geralmente construídas com materiais descartados, na beira das estradas e nas periferias das cidades e aldeias, onde as crianças, muitas vezes, têm de procurar no lixo alguma coisa para comer.

Na Bolívia, pelo contrário, a presença do povo **Guarani**, em nível nacional, atingiu um auge, tornando-os atores políticos importantes. Sua contribuição para o desenvolvimento humano e sustentável do leste da Bolívia é evidente.

Nestas condições, o que pode ser feito? Existem muitos povos no mundo que experimentaram situações parecidas, na maior parte dos casos provocados por uma guerra e, muitas vezes, também por despejos violentos, migrações forçadas e perseguição religiosa.

Entretanto, quando encontraram um lugar para viver e para se organizar de novo, em plena liberdade, não só se recuperaram em um tempo relativamente curto, mas foram capazes de desenvolver novas formas de vida, adequadas às novas circunstâncias.

As maiores ameaças para o futuro não só afetam aos **Guarani**, mas, também, a todos os habitantes da "nação guarani", perante a destruição massiva do meio ambiente e da exclusão social e econômica de tantos concidadãos. Apoiando os **Guarani** em sua luta por um espaço de vida e defesa dos seus direitos, estamos fortalecendo a "nossa casa comum" e nosso próprio futuro. Assim, podemos afirmar que "somos todos **Guarani**".

KUÑA *Mulher Paĩ-Tavyterã fiando algodão. Itaguasu, Dep. Amambay, Paraguai.*
Grupo Sunu



PARA SABER MAIS

ALBÓ, Xavier. 2012. *El Chaco guaraní, camino a la autonomía originaria*. CIPCA. La Paz

AOKI, Celso e Friedl Paz **GRÜNBERG**. 2004. *Informações básicas sobre temas fundiários para os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul*. Edição bilingue guarani – português. PKG - CTI .

AZEVEDO, M.; **BRAND**, A.; **HECK**, E.; **PEREIRA**, L.; **MELIÀ**, B., *Guarani Retã: Povos Guarani na Fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai*. (incluindo mapa). Centro de Trabalho Indigenista, Brasil, 2008.

BRAND, Antônio. 1997. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*, Tesis de doutorado em História, PUC/RS.

BRAND, Antônio. 1993. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Disertación de Master em História/ Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BULIUBASICH, Catalina y Ana **GONZÁLEZ** (coord.) 2009. *Los Pueblos Indígenas de la Provincia de Salta - La posesión y el dominio de sus tierras / Departamento San Martín*, UNAS.

CADOGAN, León. 1992. *Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá Guarani del Guairá*. Edición corregida y aumentada. Asunción: CEPAG-CEADUC.

CHAMORRO, Graciela e Isabelle **COMBÉS** (Orgs.). 2015. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados. UFDG

CTI – Centro de Trabalho Indigenista. 2015. *Atlas das Terras Guarani no Sul e Sudeste do Brasil 2015*. S.Paulo.

GOROSITO K., Ana. 2011. “*Guaranies en Misiones (Argentina). Tierras y Bosques 2011. Nuevos escenarios para viejas cuestiones*”, RUNA 34, 2013

GRÜNBERG, Friedl Paz (Org.).2011. *Ñande Ypykuéra ñe'engue*. Minas Gerais. UFMG

GRÜNBERG, Friedl Paz y Georg **GRÜNBERG** (Edit.). 2014. *Los Guaraní: persecución y resistencia. Pueblos indígenas del centro de América del Sur*; Abya Yala; Quito

IWGIA. 2008. *Los Aché del Paraguay: Discusión de un genocidio*. Copenhague.

LADEIRA, Maria Inês. 2008. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya - significado, constituição e uso*. 1ª. ed. São Paulo e Maringá: EDUSP e EDUEM.

LADEIRA, Maria Inês. 2007. *O caminhar sob a luz. O Território mbya a beira do oceano*. 1ª. ed. São Paulo: EDUNESP.

MELIÀ, Bartomeu, **GRÜNBERG**, Georg. y Friedl. 1976. *Los Pãi Tavyterã; etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo*. Asunción: CEADUC; 2ª edición. 2008.

MELIÀ, Bartomeu. 1995. *El Guaraní; experiencia religiosa*. Asunción: CEADUC-CEPAG.

MELIÀ, Bartomeu. 2011. *Mundo Guaraní*. Asunción: BID

MELIÀ, Bartomeu. 2016. *Camino guaraní – Guarani rape*. Asunción: CEPAG.

NIMUENDAJU, Curt (Unkel) /1914/1987. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Levi M. 2007. “Regularização fundiária e sustentabilidade nas terras indígenas kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial”. *Tellus*, Campo Grande, 2010, n.18, p. 115-137.

PIFARRÉ, Francisco. 2015. *Historia de un pueblo. Los Guarani – Chiriguano*. 2ª ed. La Paz: Fundación Xavier Albó; CIPCA.

SCHADEN, Egon. 1974. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. 3ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

VISITE O MAPA GUARANI CONTINENTAL DIGITAL: [HTTP://GUARANI.MAP.AS](http://GUARANI.MAP.AS)

PÁGINAS WEB

CIMI - Conselho Indigenista Missionário (Brasil)
www.cimi.org.br

CCNAGUA - Consejo Continental de la Nación **Guarani**
www.nacionguarani.org

CIPCA - Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (Bolivia)
www.cipca.org.bo

CPI/SP - Comissão Pró-Índio/São Paulo (Brasil)
www.cpisp.org.br

CONAPI - Coordinación Nacional de Pastoral Indígena (Paraguay)
www.conapi.org.py

CTI - Centro de Trabalho Indigenista (Brasil)
www.trabalhoindigenista.org.br

Guarani Renda – El **Guarani** paraguayo
www.guaranirenda.com

ENDEPA - Equipo Nacional de Pastoral Aborigen (Argentina)
www.endepa.org.ar

Guarani Roguata - Pueblos guaraní en el Brasil y en el Paraguay
www.guarani.roguata.com

Projeto Saberes Indígenas na escola –
www.saberesindigenasnaescola.org

Teko Arandu (Brasil)
www.tekoarandu.org

NEPPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Populações Indígenas (Brasil)
www.neppi.org

ISA - Instituto Socioambiental (Brasil)
www.socioambiental.org

FIAN – derecho a la alimentación
www.fian.org

Survival International –
www.survivalinternational.org

Anistia Internacional -
www.amnesty.org

REALIZAÇÃO

Argentina



Bolívia



Brasil



Paraguai



Regional



APOIO



Mapa Guaraní Continental 2016

EQUIPES DOS PAÍSES

Argentina Maria Josefa "Kiki" Ramírez, Vasco Baigorri, Carlos Salamanca, Catalina Buliubasich, Flora Cruz, Lautaro Sosa e Luis Maria de la Cruz

Bolívia Guido Vega Marquez, Silbert Siles, Ángelo Lozano, Ricardo Paita, Wilson Duran e Cornélio Robles Pancho

Brasil Levi M. Pereira, Rosa Colman, Flávio V. Machado, Lauriene Seraguza, Maria Inês Ladeira, Clóvis Antonio Brighenti, Celso Aoki, Daniel Pierri e Camila Salles

Paraguai Enrique Gaska, Bartomeu Melià, Filemon Torres, Cláudia Caceres e Jorge Acuña

Coordenação internacional Georg Grünberg

Coordenação geral e administrativa Levi M. Pereira, Rosa Colman e Flávio V. Machado

Edição e texto Bartomeu Melià

Colaboração e revisão de texto Equipes dos países

Mapas Alicia Rolla, Camila Salles e Wolfgang Grünberg

Projeto gráfico e Diagramação Ruy Sposati

Capa Ruy Sposati/Cimi, 2013

Contracapa Pablo Albarenga/Cimi, 2016

Dados internacionais de catalogação da publicação (CIP)

EMGC, Equipe Mapa Guaraní Continental.

Caderno Mapa Guaraní Continental: povos Guaraní na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. / Equipe Mapa Guaraní Continental - EMGC. Campo Grande, MS. Cimi, 2016.

52p.

ISBN 978-85-87433-09-1

1. Povos Guaraní. 2. Mapa Guaraní. 3. Direitos dos Povos Indígenas. 4. Direitos Humanos. 5. Territorialidade Guaraní. 6. Campanha Guaraní. I. Título.



...e então
Nós temos que fazer a dança para podermos
plantar de novo.
Temos que plantar milho branco, temos que
plantar batata doce, feijão.
Também temos que plantar banana, cana e da
cana nós temos que fazer a bebida fermentada.
E, assim, nós temos que nos voltar para os nossos antepassados, que há tempos nós não saudamos.
Então...
Nós temos que levantar de novo o nosso altar, o marangatu e dançar do jeito mais sagrado.
E nós temos que transmitir para os nossos filhos essas palavras perfeitas.

Devo fazer com que desabroche, como flor,
as crianças.
Hei de fazer que desabrochem as mais belas crianças.
Hei de contar-te do dizer do takua da nossa avó
no passado.
Até então meu antigo dizer
Até então o meu antigo dizer do meu maracá
Até então o antigo brilho da minha cruz que é abençoada ali no novo broto da antiga terra perfeita.
Então haverá dança e caminhada ritual até o lugar onde vai renascer a nossa terra.
Ali estaremos juntos novamente. Vamos dançar e serão arrumadas as casas.
Depois que esfriarmos, os Nhanderus vão trazer de volta os nossos animais de caça.
Então haverá de novo o Nhanderu, os nossos enfeites.
Haverá de novo o batismo da criança, o enfeite das crianças e a celebração do tembekua, a cerimônia
de perfuração do lábio do menino.
Haverá a dança, o canto longo para celebrar novamente a colheita do milho verde.
Vão ser abençoados os canaviais, os mandiocais.
Vai ter tudo... Lá vai ter tudo de novo...

Atanásio Teixeira, Tekoharuvicha Kaiowá



Realização

ARGENTINA: ENDEPA E UNSA

BOLÍVIA: APG, CIPCA, CERDET E ILC

BRASIL: ATY GUASU, YVY RUPA, CIMI

CTI, ISA, FAIND, UNILA E FUNAI

PARAGUAI: CONAPI

CONTINENTAL: CCNAGUA

Apoio

EMB. NORUEGA, MISEREOR E DKA

